

POLÍTICA

Sistematização ainda discute anistia

A anistia continua sendo um dos poucos temas não "amarrados" dentro da Comissão de Sistematização, que ontem encontrou mais um lugar fora do Congresso Nacional para se reunir: a residência do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). O problema encontrado pelo relator Bernardo Cabral e seus relatores-adjuntos refere-se às pressões maiores sobre a Constituinte por parte de pessoas que já foram beneficiadas com anistias anteriores (1979 e 1985).

O senador Fernando Henrique Cardoso, beneficiado pela anistia de 1979, afirmou que os que estão precisando de anistia agora são justamente "os mais pobres, os cabos, soldados e sargentos e marinheiros, os que precisam de Justiça". Ele adiantou que a anistia que se pensa para o primeiro substitutivo de Bernardo Cabral, que deverá ser entregue amanhã, às 17 horas, não vai permitir a reintegração nem pagamento dos atrasados dos anistiados.

O relator Bernardo Cabral chamou a atenção para um outro grupo que ele considera um dos mais injustificados e que merece anistia: são pessoas que foram cassadas depois de julho de 1969 através de atos que não foram assinados pelo então presidente Costa e Silva, que já aquela altura se encontrava enfermo, com paralisia parcial que não lhe permitia escrever, como ficou comprovado, depois, através de uma denúncia do general Jaime Portela.

"Temos que examinar esses casos de cassações sob falsidade ideológica", disse Bernardo Cabral. E é exatamente sobre esse ponto que reside ainda a falta de definição no substitutivo. Alternativa de não impor a reintegração dos punidos ou cassados pode ser o caminho para a solução do parecer de Bernardo Cabral. De todo modo, a incerteza ainda existe dentro da Comissão de Sistematização: perguntado ontem sobre como será a anistia, Fernando Henrique Cardoso desabafou, num tom meio de brincadeira: "Nem Deus sabe".

Consenso e alterações

Bernardo Cabral informou que há praticamente um consenso sobre sistema de governo, com pequenas alterações, e reiterou que se o parlamentarismo prevalecer na futura Constituição já existe até data para a sua vigência no País: 15 de março de 1988. Ele considerou naturais as críticas ao presidente José Sarney ao parlamentarismo e a sua defesa do presidencialismo mas disse que, como parlamentarista, está fazendo o mesmo: lutando para que prevaleça sua proposta.

A reforma agrária — outro nó górdio na elaboração do substitutivo de Cabral, é um dos motivos do adiamento de seu prazo de entrega de domingo para amanhã — segundo Bernardo Cabral, caminha para uma solução, que seria um mecanismo de prévia vitória para examinar se a terra tem ou não função social, antes de ser desapropriada, e a garantia de recurso do proprietário contra a desapropriação para ser resolvida no prazo de 90 dias pela Justiça Federal, quando, então, se daria a emissão de posse (ou por decisão judicial ou pela falta dela, no prazo). No caso de o proprietário ganhar a causa, provando o valor social de sua terra, ele seria indenizado em dinheiro, e não mais em títulos da dívida agrária (TDA) resgatáveis em 20 anos, como é o caso para as terras improdutivas. Em nenhum caso, a desapropriação poderá ser suspensa, pois ela é considerada irreversível.

Com as alterações introduzidas por Bernardo Cabral para a entrega do seu parecer amanhã, houve uma pequena prorrogação do cronograma da Constituinte. Entregue amanhã às 17 horas, a Ulysses Guimarães, o primeiro substitutivo de Cabral vai à publicação na quinta-feira, para que os avulsos sejam do conhecimento de todos os constituintes. A partir de sexta-feira e até quarta-feira dia 2 de setembro, será aberto um novo prazo para apresentação de emendas pelos constituintes. Recebidas essas emendas no prazo de seis dias, o relator Bernardo Cabral terá um novo prazo de oito dias (de 3 a 10 de setembro) para apresentar um segundo e definitivo substitutivo, que vai, então, para a decisão plenária da Comissão de Sistematização. Bernardo Cabral garantiu que até o dia 20 de setembro o seu substitutivo estará no plenário da Assembleia Nacional Constituinte para decisão final.

E o relator é atacado por só ouvir os peemedebistas

Lideranças do PFL, do PTB, do PDT e do PT estão reclamando do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, principalmente por, segundo elas, ouvir apenas o PMDB de Ulysses Guimarães no processo de confecção da nova Carta, embora reconheçam a capacidade de trabalho do relator.

O vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira, por exemplo, diz que "ele só tem ouvido o PMDB. Se quisesse fazer um colégio de auxiliares realmente representativo, teria de obedecer ao critério da proporcionalidade. Crítica-se ainda", segundo Inocêncio, "a vacilação dele e a mudança de opinião em torno do sistema de governo e de questões que não são de natureza constitucional, como a reforma agrária e a estabilidade no emprego, porque ficariam melhor na legislação ordinária".

Para o líder do PTB, Gastone Righi, "os contatos do relator constituem procedimento desleal e anti-ético. Não tem sentido o procedimento de avestruz em torno das matérias polêmicas. Teria sido melhor que o doutor Ulysses Guimarães tivesse advogado para si o lugar de relator".

O líder do PT, José Genoíno, acha que "ele (Cabral) não está agindo corretamente fazendo a Constituição na residência oficial de Ulysses Guimarães. Tem de fazer o relatório aqui. Os relatórios são do PMDB; não chamaram ninguém do PFL, e da esquerda nem se fala". Para o líder do PDT, Brandão Monteiro, o que Cabral chama de consenso, "é consenso do PMDB".

Quando ao prazo para que Cabral examine as cerca de 20 mil emendas, que vai até amanhã, deveria ser prorrogado por mais 30 dias, segundo um dos líderes do PFL, Humberto Souto, ou então deveriam ser nomeados 30 sub-relatores. Caso contrário, "é humanamente impossível" a Cabral examinar sozinho e em tão pouco tempo número tão grande de emendas. E ele "corre o risco de ficar desgastado", advertiu Souto.

De qualquer forma, a Comissão de Sistematização inicia amanhã o período de debates sobre o mérito das emendas populares. E será a primeira vez que populares ocuparão a tribuna para defender as emendas, por indicação de seus subscritores. Na reunião de amanhã, serão examinadas seis emendas, todas sobre os direitos da mulher e da família. Entre os expositores estarão Moema Viezzer, Lúcia Pacifico Homem e o bispo d. Ulhoa Vieira.

Ulysses diz que não há complô contra o parlamentarismo



Ulysses



Sant'Anna

desenvolvidos. E nem mesmo a possibilidade de vir a ser o primeiro-ministro no parlamentarismo abala as convicções de Ulysses sobre as qualidades maiores do presidencialismo.

Ele não tem dúvida: se não houver um entendimento prévio, a questão do sistema de governo será a mais polêmica da Constituinte. E desde já avisa que o regime aprovado — parlamentarismo ou presidencialismo — deve entrar em vigor imediatamente. "Não pode ser igual ao Código Civil que só entrou em vigor alguns anos depois da aprovação".

Apesar de presidencialista, como Sarney, Ulysses, porém, discorreu da afirmação do presidente de que o parlamentarismo, se aprovado, poderia ser considerado uma "tração" pelos eleitores que pregam diretas em 88. Na opinião de Ulysses, ao eleger a Constituinte, os brasileiros sabiam que se tratava de uma Assembleia soberana para tudo, "inclusive para aprovar um reinado, um império ou um parlamentarismo".

Já o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, negou-se a revelar o que tratou, ontem de manhã, em audiência com Sarney, mas saiu defendendo um sistema de governo com amplos poderes para o presidente da República. Indagado se essa seria a posição de Sarney, tergiversou sorrindo: "Digam que é minha".

Presidencialista conhecido, Sant'Anna afirmou, no entanto, que "a melhor ideia é um sistema parlamentar misto, com o presidente forte e atribuições bem definidas. Está bem mais próximo do consenso do que a

proposta de parlamentarismo puro defendida pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização".

Outro que admitiu a possibilidade de uma virada de opiniões na Constituinte, em favor do presidencialismo, foi o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, defensor do parlamentarismo à portuguesa, em que os poderes do presidente não ficam diluídos como no parlamentarismo puro. Mas essa virada, na opinião de Luiz Henrique, só virá se houver efetivo empenho de Sarney e dos governadores: "Se forcarmos a barra, poderá haver uma reversão", afirmou. Mesmo assim, está temeroso de que esse assunto provoque uma nova divisão no PMDB, já que a favor do parlamentarismo estão 90% da bancada, como se viu na última reunião, e a favor do presidencialismo estão algumas figuras de maior peso no partido, como Ulysses, Covas e Sant'Anna, além do presidente Sarney. "Por isso, precisamos apressar os entendimentos sobre a matéria", concluiu.

Parlamentarismo já?

Se depender do governador do Rio Grande do Sul, também 1º vice-presidente nacional do PMDB, Pedro Simon, o parlamentarismo seria adotado ainda no governo Sarney (cujo mandato, para ele, deve ser de cinco anos), mas com uma ressalva: deve ser estabelecido um prazo pela Constituinte, para a adaptação das instituições ao novo regime, não se implantando o sistema imediatamente, "quase como uma fórmula casuística, como ocorreu em 1961. Mas também não podemos pensar num prazo muito dilatado".

Embora admitindo que a pressão sobre a Constituinte é muito forte da parte dos defensores do presidencialismo, Simon disse acreditar que o parlamentarismo será aprovado por ser defendido pela "imensa maioria" dos constituintes.

Da mesma forma que Simon, o governador do Paraná, Álvaro Dias, advertiu que a adoção imediata do parlamentarismo poderia gerar uma nova frustração da Nação, como em 1961.



FIGUEIREDO DE VOLTA

A estratégia para seu retorno à cena política começou a ser montada no último fim de semana.

O ex-presidente Figueiredo está preparando seu retorno à atividade política. De agora em diante ele passará a falar mais, e sua pregação frisar a necessidade das forças políticas de centro não se dispersarem, para que possam enfrentar as esquerdas na sucessão de Sarney, especialmente com a eleição sendo em dois turnos, hipótese em que, existindo mais de um candidato de esquerda, o eleitorado centrista do País poderá ficar privado de participar do embate decisório.

Mas a atuação política do ex-presidente não se restringirá a essa mensagem em prol da união das forças de centro: ele participará das discussões dos grandes temas políticos e econômicos da atualidade, como a votação da nova Constituição e o plano de ajuste interno e externo da economia. Figueiredo procurará apresentar as teses centristas, não radicais, seja de esquerda ou de direita, como, por exemplo, na apreciação da questão da reforma agrária.

Numa etapa posterior — após a votação da nova Constituição e a definição da duração do mandato do presidente Sarney, do regime de governo, da reforma partidária e do caminho a ser tomado pelo Plano Bresser — o ex-presidente, avaliando as repercussões do seu regresso na cena política, decidirá se será ou não candidato presidencial, com o apoio de um ou vários partidos centristas que então existam, sem qualquer compromisso prévio com o PDS.

Essas questões foram analisadas e definidas no final da tarde do último sábado no sítio do ex-presidente em Nogueira, Estado do Rio, enquanto os poucos convivas saboreavam um churrasco. A reunião — articulada por um grupo de amigos e ex-auxiliares de Figueiredo, todos militares da reserva — contou com a presença de apenas três ex-ministros: Walter Pires, do Exército; Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica; e César Cals, das Minas e Energia, este mais na condição de militar do que de ex-ministro civil.

Estratégia

Segundo revelou um dos participantes da reunião, ficou decidido que outros encontros similares serão realizados, não apenas no Rio, mas em Brasília, São Paulo e, numa fase posterior, em outros pontos do território nacional. Essas reuniões de amigos poderão ser realizadas com ou sem a presença de Figueiredo, agora bem mais disposto a enfrentar os obstáculos a um seu retorno à atividade política.

Os presentes em Nogueira ficaram de se articular com outros amigos, todos militares, com o propósito de engrossar o movimento e dar-lhe eficácia no ponto mais sensível que é a base militar. A partir daí, no entanto, o movimento se estenderá para captar o apoio civil, aproveitando da receptividade que o nome do ex-presidente estaria tendo no meio do povo, onde, segundo seus auxiliares, invariavelmente tem sido aplaudido com sinceridade e até algum entusiasmo, em todos os locais onde aparece.

Numa primeira etapa não haverá um comando para a articulação, embora Walter Pires, Délio Jardim de Mattos e César Cals, como os ex-ministros mais ligados a Figueiredo tenham assumido maiores responsabilidades nessa articulação, inclusive mobilizando outras pessoas que trabalharam no governo Figueiredo e que foram pessoalmente ligadas ao ex-presidente.

"É hora de pensar nos destinos do Brasil"

Na ordem do dia que será lida hoje na presença do presidente José Sarney e ministros militares, marcando o Dia do Soldado, o general Leônidas Pires Gonçalves recomenda: "É hora de pensar — e tão somente — nos destinos do Brasil". Na mensagem, o ministro do Exército faz um paralelo com a época vivida pelo patrono do Exército — Duque de Caxias — e lembra que hoje busca-se novamente no Brasil o "aperfeiçoamento político e de independência", que, a seu ver, não será alcançado sem a competência, o patriotismo e o descortino com que Caxias inspira os militares.

Na cerimônia, no Quartel-General de Brasília, o Exército mostrará seus novos canhões antiaéreos de 40 mm; os novos uniformes de campanha para combate na selva, caatinga e montanha; além de grupos de pára-quedistas e helicópteros da FAB pilotados por homens do Exército.

O general Leônidas Pires Gonçalves encerra sua ordem do dia afirmando que "sem competência política vamos nos desunir, desperdiçar nossas potencialidades; sem capacitação profissional e trabalho árduo, ficaremos à margem, ultrapassados e empobrecidos, neste mundo de disputa econômica, científica e tecnológica; sem patriotismo, não teremos força para enfrentar as dificuldades e suportar os sacrifícios que estão à nossa frente; sem descortino, vamos perder, no cipoal das mesquinhas e dos imediatismos, o rumo do futuro e da grandeza do Brasil".

LYRA FORA DO PMDB

O destino do PMDB será o mesmo da Arena e do PDS. Por isso, Lyra vai deixar o partido.

O deputado federal e ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra (PE), confirmou ontem, em Brasília, que não tem mais condições de permanecer no PMDB. Ele admitiu que até meados de setembro tomará sua decisão, juntamente com a deputada pernambucana Cristina Tavares e diversos outros peemedebistas.

Neste final de semana, em Recife, Lyra já havia anunciado sua intenção de deixar o PMDB, afirmando que o partido está sem futuro, e seu destino será a "morte precoce", como ocorreu com a Arena e o PDS. Segundo Fernando Lyra, o PMDB passa "por um processo de deformação intenso, no nível federal e também nos Estados, que não se reverterá nem mesmo com uma reciclagem no seu modo de agir". Essa deformação, disse Lyra, é causada por três fatores: o fisiologismo, o discurso atrasado e a falta de cumprimento das promessas assumidas com o

povo nas praças públicas durante a campanha das diretas.

O deputado federal informou ontem que já deu conhecimento de sua decisão ao líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas. A pretensão de Lyra é filiar-se ao PSB, na convicção de que em seguida, haverá condições para a criação de um partido de linha social-democrata. Numa primeira avaliação, mais de 20 parlamentares poderiam deixar o PMDB.

Mas os demais integrantes do MUP — Movimento de Unidade Progressista do PMDB — continuam divididos. Há os que aceitam ingressar no PSB já no próximo mês, como o mineiro Carlos Mosconi. Outros, porém, preferem esperar o término da Constituinte, como revelaram Hermes Zanetti (RS) e Domingos Leonelli (BA) coordenadores do MUP.

Quando ao líder Mário Covas — que aconselha a todos que o procuram a não decidirem com

pressa —, Leonelli disse acreditar que ele não aderirá ao novo partido. Segundo outros integrantes do MUP, Covas tem pretensões à Presidência da República. E mesmo que se contente em disputar apenas o governo de São Paulo precisará estar num legenda de peso para obter sucesso. Domingos Leonelli, entretanto, está confiante na adesão do líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Segundo Leonelli, Cardoso deverá aderir ao MUP por razões ideológicas e por não ter projetos de candidatura-se a cargos majoritários.

Já o senador Afonso Camargo (PR), vice-presidente do PMDB, tem mantido contatos com o PTB. Camargo chegou a procurar o presidente do PSB, Jamil Haddad (RJ) para comunicar-lhe que não tem condições políticas de ingressar nesse partido.

Apoio a Bresser?

O governador gaúcho Pedro

Sarney, amanhã em Barretos.

O presidente José Sarney cancelou a viagem que faria esta semana a São José dos Campos, mas confirmou sua presença amanhã em Barretos, para participar da Festa do Peão Boiadeiro. Segundo o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o cancelamento se deve "ao acúmulo de atividades do presidente", que ainda nesta semana tem uma reunião ministerial e vem de uma longa viagem ao México.



A próxima cidade paulista a ser visitada pelo presidente será Piquete, dia 2 de setembro, segundo o porta-voz Frota Neto. Sarney chegará a Barretos amanhã, às 9 horas. Do aeroporto, após receber honras militares, seguirá para o Parque do Peão, onde assistirá uma demonstração de rodeio. E ali mesmo, no galpão, assinará convênios de municipalização da saúde. Não está previsto nenhum pronunciamento oficial. Sarney embarcará de volta a Brasília às 12h30, com chegada prevista para as 13h30.

Constituinte ou desconstituinte?

José Carlos Graça Wagner

A nova Constituição, ao que tudo indica, representará para o País o mesmo que o Plano Cruzado I: um grande engodo, pouco importa se consciente ou não. Na realidade, está se transformando numa verdadeira "salada russa", com mistura, em altas doses, de populismo, fisiologismo, ideologismo, com temperos de corporativismo. E com uma característica: nenhuma dessas doenças tem condições de, isoladamente, tomar conta do organismo, representando a montagem de um monstro sem identificação possível.

Pode-se dizer que uma Constituição é matéria de qualidades e defeitos de uma sociedade, mas só é útil a ela se busca avançar nas virtudes e evitar os males que resultam dos seus defeitos e de seus pecados ditos sociais. Esta, que está em elaboração, é a cristalização dos preconceitos e das insuficiências culturais das elites políticas forjadas após 1968, primeiro Ato — o AI nº 5 — após a Carta de 1937, que constancia uma nova tentativa de impor o conceito positivista de vida — autoritarismo primo-irmão do totalitarismo — a uma nação de raízes cristãs, embora com a distorção do paternalismo e do jeitinho, redutores do valor do trabalho responsável e do respeito à lei. É verdade que a lei, no Brasil, não tem nenhuma relação com o que seja efetivamente lei, pois apenas exprime a vontade do governante de plantão a respeito até mesmo de "dá cá aquela palha". Por isso mesmo, ninguém lhe dá atenção, nem mesmo aqueles que a editaram, dando impressão que a fazem apenas pela necessidade de dar aos "ingleses" a impressão de que estamos inseridos na civilização ocidental.

De esperança em esperança de que acabe por prevalecer o bom senso, vai a sociedade assistindo, surpresa e atônita, a demolição de todos os princípios que formam o substrato da alma nacional. Há uma sófrega e desorde-

nada corrida ao originalismo, que em regra, leva ao imbecilismo, dado o fato de que, mesmo no campo da bestologia, nada há de novo debaixo do sol. Por isso, a matéria básica da elaboração da Constituição está sendo — e é praticamente impossível deixar de sê-lo — a "salva impressa". O produto, como é óbvio, não pode ter qualidade diversa da matéria-prima. E a matéria-prima é o que se está vendo.

No fundo, a tarefa que está em curso é de uma verdadeira anticonstituinte, pois está desconstituindo tudo: a economia, a ordem social, o Poder Judiciário, as Forças Armadas, a educação, o sexo, a religião. Está elaborando uma ordem jurídica às avessas, porque não busca uma ordenação da convivência, em termos objetivos. Mas o que se assiste é a imposição de subjetivismos personalistas, fruto do afã de ficar na história a partir de uma novidade, que imaginam equiparar-se à descoberta da lâmpada elétrica... Não importa, aos que saíram das urnas num momento de euforia provocada pelo artificialismo econômico dos "unicampistas", qual seja a natureza das coisas, até porque não acreditam que as coisas tenham uma natureza. Não acreditam nem mesmo que o homem tenha uma natureza estável, permanente, fundada numa moral natural, que nada tem a ver com moralismo. Imaginam que é a estrutura social, a partir das relações de produção, que confere a natureza — mutável — ao homem e às coisas.

Nisso o ideologismo contribui para a panacéia em que se está transformando a futura nova Constituição que, se vingar, ao ser promulgada, já estará bradando aos céus por uma Novíssima Constituição, para que o País não fique inviável. Talvez, com ela, vivamos a última etapa da doença nacional do populismo ideológico-fisiológico que impede a

racionalidade política, social e econômica em território nacional. Muitas vezes só se crê na cirrose depois que ela destrói o fígado. Na vida das nações, as crises não impedem que a vida continue e, portanto, sempre será possível o transplante de um novo fígado. Só se espera que o fígado futuro — a futura Constituinte — não se submeta à nova embriaguez da superficialidade cultural das elites políticas e dê uma oportunidade ao povo de desenvolver o seu poder de criar e a sua capacidade de superar obstáculos, sem serem apresentados como opressores pelo simples fato de produzirem e pagarem as contas dos desperdícios e das elucubrações mentais dos que não sabem o que é empreender com recursos próprios e com os riscos inerentes à livre decisão de iniciar uma atividade econômica ou social, apesar das leis, regulamentos e tributos sufocantes dos burocratas e tecnocratas com empregos garantidos na máquina do Estado.

Apesar das aparências, o que se condena não são as pessoas, mas uma mentalidade auto-suficiente que é a grande causa da miséria do povo brasileiro. E diante da miséria não é possível deixar de condenar o erro, ainda que se veja no errado a própria manifestação dessa miséria cultural que, de um modo ou de outro, a todos atinge e de todos provém. No mínimo — e é bom acusarmo-nos do máximo — somos culpados de omissão, sempre achando que vai dar certo, mesmo quando se está afirmando que o branco é preto e o preto é branco. Pode ser muito cômodo na hora, mas exigirá suor e lágrimas para repor as coisas no trilho da racionalidade.

José Carlos Graça Wagner é advogado e presidente do Instituto de Estudos da Liberdade no Direito e na Economia — Libertas